



ABRIL VERMELHO

Invasões interrompem plano de reforma agrária

Governo decide adiar anúncio de programa, que seria feito este mês. Ministros admitem que incursões do MST causaram “estresse”

» VICTOR CORREIA

Por causa de uma série de invasões de terra ocorridas nesta semana, o governo federal decidiu adiar o calendário de apresentação do novo programa nacional de reforma agrária — que chegou a ser anunciado para ser divulgado este mês. Três ministros criticaram publicamente as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais; Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário; e José Múcio Monteiro, da Defesa. Todos consideram que a Jornada de Lutas, realizada durante o mês, causou “estresse” entre o Poder Executivo e o movimento.

“Discordo de qualquer tipo de invasão de áreas produtivas, sobretudo de áreas que estão desenvolvendo pesquisas, como forma de luta. Acredito que o movimento tem outras formas de luta, que podem conquistar ainda mais a sociedade para uma causa tão importante, que é a reforma agrária”, afirmou, ontem, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, à saída de um evento da Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira (Conamad), em Brasília.

Questionado se o governo tomaria alguma medida para impor limites à atuação do MST — e, assim, evitar conflitos no campo —, Padilha disse que “o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está, desde o começo, dialogando com a agricultura familiar e com os movimentos que estão na área rural para construir, juntos, um programa de fortalecimento de assentamentos”.

Quem também manifestou descontentamento com as ações do MST foi Paulo Teixeira. Durante a semana, ele frisou que a reforma agrária só seria implementada caso o movimento liberasse as terras ocupadas. Segundo o ministro, o lançamento da reforma estava

Jorge Laerte/MST



Três ministros criticaram invasões do MST. Movimento conseguiu do governo até mesmo a indicação de pessoas de confiança para o Incra nos estados



Discordo de invasão de áreas produtivas, sobretudo de áreas que estão desenvolvendo pesquisas, como forma de luta. Acredito que o movimento tem outras formas de luta, que podem conquistar ainda mais a sociedade para uma causa tão importante, que é a reforma agrária”

Alexandre Padilha,
ministro da Secretaria de Assuntos Institucionais

programado para o final do mês, e sendo acertado com a Presidência da República.

“Nós organizamos para lançar, em abril, um plano nacional de reforma agrária. Mas, quando aconteceu a ocupação de Alagoas (na sede do Incra), aquilo estressou muito a nossa relação. Depois, teve a ocupação da Embrapa e a reiteração da ocupação da Suzano estressou demais. O plano já estava na mesa dele (do presidente Lula)”, afirmou Teixeira em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*.

Ocupações

Duas áreas invadidas pelo MST pertencem à Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), autarquia do governo federal, no Mato Grosso e em Pernambuco. Ao todo, segundo o movimento, foram 29 ocupações em abril. A

situação foi amenizada a partir da quarta-feira, quando o movimento se comprometeu a desocupar as terras da Suzano, no Espírito Santo, e da Embrapa, em Pernambuco. Na quinta, representantes do MST reuniram-se com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em São Paulo — que não deu detalhes do encontro.

O coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues, afirmou que o governo se comprometeu a dobrar o orçamento destinado ao assentamento de famílias acampadas, além de agilizar o uso de terras de devedores da União para a reforma agrária — como anunciado por Teixeira no início do governo. Para o movimento, a série de ações — além das 29 ocupações de terra, houve também audiências públicas, feiras, eventos e plantio de árvores — foi um sucesso.

O MST afirma que os atos ocorreram em 18 estados e mobilizaram aproximadamente 20 mil pessoas. Atos também foram realizados em 18 superintendências do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“Nossa avaliação é que a jornada foi vitoriosa. Em toda a nossa história, só conseguimos conquistas com muita luta, e este ano não foi diferente. Nossa impressão geral é de abertura do governo para atender a nossa pauta”, afirmou Ceres Hadich, integrante da direção nacional do MST.

A pressão do MST levou, também, à troca de 19 superintendentes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e nomeação de pessoas ligadas ao movimento — que pretende, ainda, fazer indicações em Rondônia, Roraima, Alagoas, Tocantins, Amazonas, Amapá e Minas Gerais.

Múcio: ações não ajudam

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou, ontem, que as recentes invasões de terras e prédios públicos e privados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estão provocando enorme desgaste para o governo.

“Se eles (os sem-terra) são partidários do presidente (Luiz Inácio Lula da Silva), não estão ajudando. Não é uma coisa boa para o governo, não é uma coisa que a sociedade aceite. Isso deve ser feito sem vandalismo, sem depredação”, disse Múcio, que integra a comitiva presidencial em Portugal.

Na avaliação do ministro, há um empenho claro de Lula de resolver esse problema. “Não é bom para o governo. Vejo o presidente empenhado em resolver a questão. Vejo o ministro Paulo Teixeira (do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) empenhado em resolver o assunto. Acho que vai resolver”, assinalou. Nos últimos dias, o MST invadiu terras improdutivas, mas também ocupou prédios das Embrapa e da Suzano, companhia de papel e celulose.

Resultado da Jornada de Lutas

- » 29 ocupações de terra
- » 20 mil pessoas mobilizadas nas diversas ações da jornada
- » 18 estados
- » 18 atos em superintendências do Incra

*Dados do MST

IMPRENSA

Evento do Correio debate presença feminina na mídia

O *Correio Braziliense* promove, na próxima segunda-feira, uma palestra sobre a presença e a representação das mulheres na mídia dos Estados Unidos e as persistentes desigualdades que as impedem de desenvolver seu pleno potencial. A palestrante é a jornalista e diretora de Comunicação do Women's Media Center (WMC), Cristal Williams Chancellor — que participará presencialmente.

O evento é uma parceria com a Embaixada norte-americana, começa às 14h30 e será realizado no auditório do jornal. “Esse programa faz parte do esforço de longa data da embaixada e consulados dos Estados Unidos de conectar a imprensa e especialistas dos dois países para trocar ideias, experiências e conhecimentos sobre questões importantes relacionadas à liberdade de expressão, profissionalismo,

Reprodução/Página do Facebook do WMC



Chancellor é uma estudiosa da participação feminina na imprensa

jornalismo investigativo e de dados, diversidade e, neste caso particular, liderança feminina na mídia. Temos o prazer de ter a Cristal Chancellor

fazendo parte desse esforço, e temos certeza de que as trocas serão ricas e benéficas para todos”, explicou Tobias Bradford, adido de imprensa e porta-voz

da Embaixada dos EUA.

Chancellor lidera o planejamento e a produção de relatórios sobre a representatividade da mulher no jornalismo norte-americano, entre eles o *The Status of Women in the U.S. Media* e *The Status of Women of Color in the U.S. Media 2018*.

Como jornalista premiada, Chancellor tem um olhar especial para as mulheres negras, a fim de que representação justa e igualitária nos veículos de comunicação. Tanto no cenário norte-americano quanto no brasileiro, essa representatividade é marcada pela falta de equidade por razões raciais e de gênero.

Este é mais um evento da Embaixada dos Estados Unidos, em parceria com o *Correio*, que, anualmente, traz uma personalidade ao Brasil para promover encontros sobre temas relevantes e de interesse dos dois países.

Google ataca PL das Fake News

O Google divulgou, na quinta-feira, um manifesto criticando a urgência da votação do Projeto de Lei (PL) das Fake News, que deve ir ao Plenário da Câmara dos Deputados na semana que vem. Em texto publicado no Blog Google Brasil — assinado pelo diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas Marcelo Lacerda —, a empresa alerta que, caso vire lei, pode “piostrar o funcionamento da internet, cercear direitos fundamentais, favorecer determinados grupos ou setores da economia e criar mecanismos que coloquem em risco discursos legítimos e a liberdade de expressão”.

Segundo Lacerda, o PL 2.630/20 foi alterado na Câmara após aprovação no Senado, em 2020, o que, conforme enfatizou,

se distanciou “de seu objetivo original de combater a desinformação”. Ele cita, também, a pressão que o governo federal faz sobre as plataformas, sobretudo depois dos casos de ataques a escolas e da circulação de ameaças nas redes.

“Concordamos com a urgência em lidar com desafios que preocupam a todos, como desinformação, ataques violentos a escolas ou à democracia. O texto atual propõe mudanças significativas na forma como a internet funciona hoje e inclui propostas novas que podem, contrariamente, agravar o problema da desinformação”, alertou.

O governo defende medidas mais duras para combater a disseminação de conteúdos nocivos na internet, como ataques à democracia, ameaças e notícias falsas. As propostas pedem a responsabilização das plataformas pelo conteúdo publicado. (VC)